



Intervenção sobre a Proposta nº 1/IND/2018 - ‘Debate temático Carta de Lisboa - Direitos e responsabilidades’, na Assembleia Municipal de Lisboa de 30 de Outubro de 2018

Propõem os deputados que exercem o seu mandato como independentes a realização de um debate temático sobre a Carta de Lisboa - Direitos e responsabilidades, o qual deverá anteceder o já agendado Fórum da Cidadania. Este Fórum, que é uma iniciativa organizada por diversas entidades, visando recolher os contributos das e dos lisboetas para uma melhor governação da cidade, partirá dos contributos das anteriores edições e da já existente Carta de Lisboa dos Direitos e Responsabilidades.

O desafio lançado para o próximo Fórum de 2018, que se realizará a 30 de Novembro, será o de “descobrir as práticas comunitárias e auto-organizativas da cidade de Lisboa”, para o qual se pretende apelar à participação das e dos munícipes para dar a conhecer as iniciativas, recursos e intervenções comunitárias e auto-organizativas de base local e solidárias, na área dos Direitos Sociais, existentes na cidade de Lisboa.

Quanto à eventual criação de uma nova Comissão Eventual para os Direitos, Liberdades e Garantias, julgamos ser desnecessária, visto os seus possíveis conteúdos se enquadrarem no âmbito da 6ª Comissão de Direitos Sociais e Cidadania desta AML, Comissão que aliás até não tem recebido um considerável número de propostas para análise, estando assim perfeitamente disponível para acompanhar e enquadrar as temáticas da sugerida comissão eventual.

Também “Os Verdes” têm, há vários mandatos, vindo a pugnar nesta AML pelas questões dos direitos sociais, numa perspectiva que integra os direitos constitucionalmente consagrados, com base em recomendações sobre a defesa dos direitos humanos, a eliminação da pobreza, o direito ao pleno emprego e a um emprego com direitos a serem garantidos aos trabalhadores, a salários justos ou o apoio às famílias carenciadas e às crianças e jovens em risco ou ainda aos cidadãos com necessidades especiais, à inclusão social de migrantes e a uma participação de vida independente das pessoas com deficiência, sem esquecer o combate à violência doméstica e de género.

Mas quando falamos de direitos falamos também de responsabilidades, ou seja, de obrigações e garantias por parte do Estado, das entidades patronais e das comunidades locais, responsabilidades sociais, mas também financeiras que promovam a integração, o bem-estar social e a qualidade de vida do ser humano, nomeadamente dos núcleos familiares, das mulheres, das crianças ou dos idosos.

Porque para “Os Verdes” impõe-se um reforço, mas um reforço sério, de meios financeiros e de políticas que valorizem os serviços públicos e o papel dos cidadãos na sociedade, que promovam a igualdade de direitos, o combate a todas as formas de violência, que eliminem as discriminações que ainda persistem, promovendo políticas de protecção e de apoio no acesso à educação, ao pleno emprego, à habitação, aos transportes, aos cuidados de saúde, ao envelhecimento activo e saudável na cidade de Lisboa e à sustentabilidade ambiental.

J. L. Sobreda Antunes, Grupo Municipal de “**Os Verdes**”